

Campanha da Fraternidade: Pensar
o país a partir da Amazônia
Página 3

Saúde: Mortes de crianças em
Rondônia e Amazonas
Página 12

PORANTIM

Em defesa da causa indígena

Ano XXVIII · Nº 292 · Brasília-DF · Jan/Fev - 2007
R\$ 3,00

ISSN 0102-0625

Tekohá Kurussu Ambá – MS

A morte e a verdade da mentira

**MILÍCIA ARMADA EXPULSA COMUNIDADE GUARANI DE
SUA TERRA. SENHORA DE 73 ANOS É ASSASSINADA**

pág. 8 e 9

D. ERWIN KRÄUTLER E A AMAZÔNIA: vidas entrelaçadas

Neste ano, a Conferência Nacional dos Bispos do Brasil (CNBB) lança uma Campanha da Fraternidade que traz, como tema central, a Amazônia, e como lema "Vida e Missão neste chão".

A Campanha da Fraternidade pretende chamar a atenção da sociedade para esta importante região, do Brasil e do planeta, e estimular a tomada de consciência coletiva de suas riquezas e de seus desafios, que dizem respeito a todos nós.

A Campanha fornecerá subsídios para compreendermos o inestimável patrimônio natural da região, com sua biodiversidade e suas águas, e o patrimônio cultural, com seus povos indígenas, ribeirinhos, quilombolas e comunidades tradicionais habitantes da floresta. Ela também nos colocará em contato com os graves riscos que corre hoje a região amazônica, quer seja pela ação predatória de aventureiros de toda sorte: fazendeiros do agronegócio e criadores de gado, madeireiros, garimpeiros, mineradoras, latifundiários que adotam o trabalho escravo, quer seja pela adoção, pelos governos federal e estaduais, estatais e órgãos responsáveis, de modelos de desenvolvimento que agridem o meio ambiente e as populações que aí vivem há séculos.

A Campanha da Fraternidade 2007 será um chamado pungente à consciência da nação, para a defesa da região amazônica e para a grande contribuição que os povos que nela habitam podem dar para a humanidade, em termos de um novo modelo de convivência social, baseado na solidariedade, assim como em termos de convivência com o meio ambiente, baseado no respeito e na sustentabilidade.

Sobre o pano de fundo desta importante Campanha da Fraternidade da CNBB nos causa ainda mais indignação as constantes ameaças de morte sofridas por D.Erwin Kräutler, presidente do Cimi.

D.Erwin vem sendo ameaçado há décadas, devido a sua atuação pastoral intransigente em defesa das populações da Amazônia e do meio ambiente; dos povos indígenas; das comunidades ribeirinhas; daqueles que atuavam com a irmã Dorothy Stang; daqueles que lutam contra a hidrelétrica de Belo Monte; das adolescentes de Altamira exploradas sexualmente; dos trabalhadores escravizados. Os mesmos setores que agridem a floresta e seus habitantes também ameaçam a vida do presidente do Cimi.

Em dezembro de 2006, num gesto arrogante e covarde, os que desejam atentar

contra sua vida telefonaram para D.Erwin Krautler para informar-lhe que ele seria assassinado no dia 29 daquele mesmo mês, ao participar de uma festa religiosa em Gurupá, no Pará. É fundamental que todas as medidas legais e policiais preventivas sejam tomadas para que tal crime não seja cometido, que os responsáveis por tais ameaças sejam presos preventivamente e que a Justiça iniba definitivamente o ânimo dos criminosos.

Tão importante quanto cumprirem com o dever de zelar pela vida de D.Erwin Kräutler, é um imperativo para os poderes públicos, nomeadamente, o governo federal e todas suas instâncias de decisão, zelarem pela vida dos povos indígenas e das comunidades tradicionais da Amazônia, populações que são a causa e dão sentido à vida e às práticas pastorais do presidente do Cimi.

Esperamos que o governo federal, tanto quanto a sociedade brasileira, tome ciência das análises e propostas da Campanha da Fraternidade 2007 da CNBB, para que a vida da Amazônia, assim como a de D.Erwin Krautler, seja defendida e preservada. Para que essas vidas possam continuar, como direito sagrado, como parte integrante do rico patrimônio do povo brasileiro.



Diga-me com quem andas...

O presidente Lula não foi ao Fórum Social Mundial, que este ano aconteceu em Nairobi, no Quênia, África. Foi apenas ao Fórum Econômico Mundial, em Davos, Suíça, Europa.

Trocou a companhia de 100 mil militantes e ativistas de todo o mundo pela companhia de presidentes dos países ricos.

E ainda foi o único presidente sul-americano em Davos.

Avançar sobre a Amazônia

Em entrevista publicada no jornal Valor Econômico, o engenheiro Jerson Kelman, atual diretor da Agência Nacional de Energia Elétrica (Aneel) e cotado para substituir Marina Silva no ministério do Meio Ambiente, concordou com a pergunta do jornal, que queria saber: "Teremos que decidir se avançamos sobre a Região Norte para garantir o suprimento energético?"

Pela resposta, parece que, para o engenheiro, Amazônia significa mata. E ponto.

"A tragédia amazônica está em um ciclo de três fases: madeiras, gado e soja. O desenvolvimento do potencial hidráulico não tem nada a ver com essa tragédia. O percentual de florestas a ser desmatado para a construção de hidrelétricas é absolutamente insignificante".

Exatamente, senhor. Toda a discussão sobre a Amazônia se concentra nas florestas.

Afinal, lá não tem população mesmo, na visão destas pessoas.

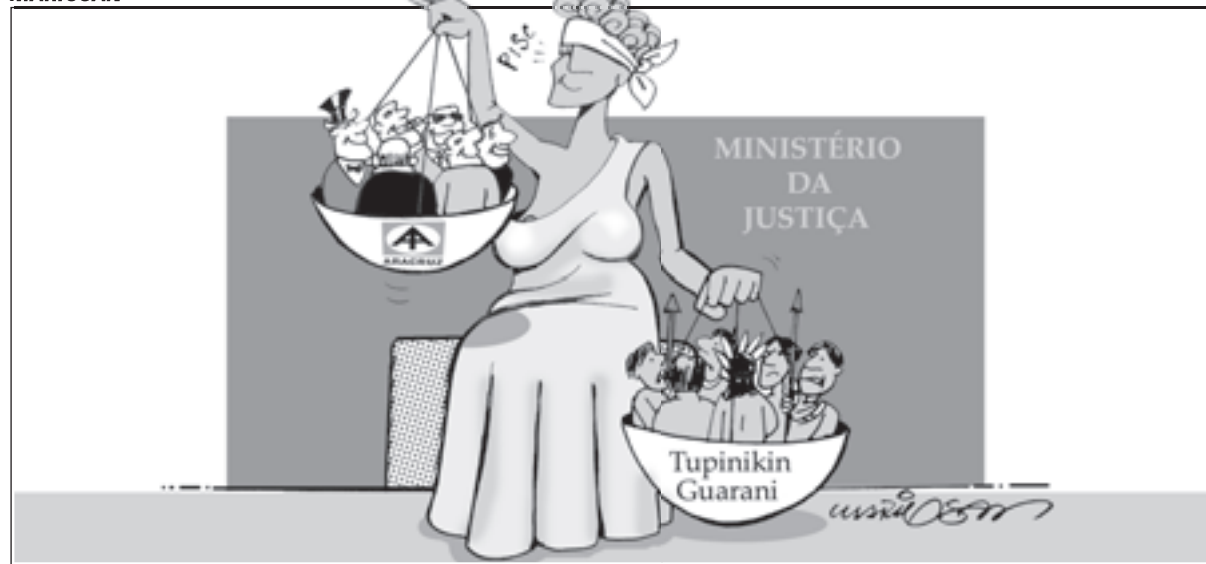
Insistentes, mas não prudentes

O ministério da Transposição, isto é, da Integração, lançou novo edital para licitação das obras de transposição do rio São Francisco.

O governo anda dizendo que as obras – incluídas no Programa de Aceleração do Crescimento, o PAC – começam em fevereiro, com mão-de-obra do Exército, e em Cabrobó, Pernambuco. Ali, na terra do povo Truká.

Só que uma decisão do Tribunal de Contas da União (TCU) proíbe que o Exército use recursos públicos assim, e até determina que o Ministério devolva, aos cofres do país, o dinheiro gasto na estrada que construiu na terra Truká. Será que a transposição sai mesmo?

MARIOSAN



PORANTIM

Edição fechada em 31/01/2007
Publicação do Conselho Indigenista Missionário (Cimi), organismo vinculado à Conferência Nacional dos Bispos do Brasil (CNBB).

APOIADORES
UNIAO EUROPEIA
Austria HORIZONT 3000

Na língua da nação indígena Sateré-Mawé, PORANTIM significa remo, arma, memória.

Dom Erwin Kräutler
PRESIDENTE

Paulo Maldos
ASSESSOR POLÍTICO

Marcy Picanço
EDITORA
RP 44458/SP

Priscila D. Carvalho
EDITORA
RP 4604/02 DF

CONSELHO DE REDAÇÃO

Antônio C. Queiroz
Benedito Prezia
Egon Heck
Nello Ruffaldi
Paulo Guimarães
Paulo Maldos
Paulo Suess

Editoração eletrônica:
Licurgo S. Botelho
(61) 3349-5274

Revisão:
Leda Bosi

Impressão:
Gráfica Teixeira
(61) 3336-4040

Administração:
Dadir de Jesus Costa

Redação e Administração:
SDS - Ed. Venâncio III, sala 310
CEP 70.393-902 - Brasília-DF

Tel: (61) 2106-1650
Fax: (61) 2106-1651
Caixa Postal 03.679
CEP: 70.089-970 - Brasília-DF

E-mail: editor.porantim@cimi.org.br
Cimi Internet: www.cimi.org.br
Registro nº 4,
Port. 48.920,
Cartório do 2º Ofício
de Registro Civil - Brasília

Faça sua assinatura pela internet:
adm.porantim@cimi.org.br

PREÇOS:

Ass. anual: R\$ 40,00
Ass. de apoio: R\$ 60,00
América latina: US\$ 25,00
Outros Países: US\$ 40,00

Anotações sobre a conjuntura política e indigenista no início do 2º governo Lula

Sem maioria no Congresso, Lula busca “coalizão” e reforça discurso de desenvolvimento. Neste contexto, será importante que o movimento indígena avance em articulações e retome o conhecimento sobre a estratégia de desenvolvimento que orientará o governo

Paulo Machado Guimarães
Assessor Jurídico do Cimi

Superando o desgaste de vários escândalos que desde meados de 2005 vinham atingindo seu governo e o Congresso Nacional, o Presidente Luiz Inácio Lula da Silva conseguiu reeleger-se com expressiva votação. Em coligação formada pelo PT, PC do B e pelo PRB obteve 60,83% dos votos válidos no 2º turno das eleições. Seu concorrente, o candidato Geraldo Alckmin, da coligação “Por um Brasil Decente”, constituída pelo PSDB e pelo PFL, obteve no 2o turno 39,17% dos votos válidos, porcentagem inferior à que obteve no primeiro turno.

O resultado mostra que Lula conseguiu ampliar significativamente a quantidade de apoios eleitorais, superando os 48,61% dos votos válidos obtidos no 1º turno. Parte do resultado pode ser atribuído ao conjunto de alianças que desde o 1º turno já vinham sendo articuladas, em especial em relação aos candidatos do PMDB.

Apesar disso, o segundo governo Lula começa sem ter maioria no Congresso, o que faz com que busque uma política de coalizão. (veja quadro ao lado com avaliação do resultado das eleições para Câmara e Senado)

Proposta de Governo de Coalizão

Em razão dos riscos decorrentes da ausência de uma base de sustentação mais estável, o Presidente Lula, após as eleições, revelou o propósito de viabilizar o apoio do PMDB, bem como de outros partidos que já apoiaram seu primeiro governo, em que pese tenham dele se afastado, alegando os desgastes dos escândalos (Waldomiro, mensalão, sanguessugas).

Dessa forma, Lula apresentou aos partidos a proposta de integrarem um governo de coalizão de forças político-partidárias. Com isso, o 2º governo Lula poderá ser iniciado com o apoio dos seguintes partidos: PT – PRB – PSB – PC do B – PMDB – PTB – PP – PR – PDT e PV.

Esta coalizão de forças partidárias representaria, em tese, na Câmara dos Deputados um total de 339 Deputados(as) Federais. No Senado representaria, também em tese, uma base de sustentação com 46 Senadores, do total de 81.

A proposta de um governo de coalizão encontra dificuldades. Vale lembrar a experiência do primeiro governo quando, mesmo tendo Ministros do PMDB, o governo jamais



contou com o apoio de mais do que 50% dos parlamentares deste partido, como ocorreu com outros partidos que indicaram Ministros.

O Governo e o desenvolvimento do país

Lula, após ser eleito, assumiu a perspectiva de que o país deve crescer cerca de 5% do Produto Interno Bruto (PIB), por ano.

Para viabilizar esta perspectiva, encomendou à área econômica do governo a elaboração de medidas, que pudessem “destravar” os investimentos no país.

Neste contexto emitiu declaração de que alguns fatores constituíam “entraves” ao desenvolvimento. Relacionou a questão ambiental, a questão indígena e a atuação do Ministério Público.

Criticado, buscou esclarecer suas declarações, mas objetivamente avançou na afirmação de que o seu 2º governo irá implementar um “Programa de Aceleração do Crescimento”, cuja sigla passou a ser conhecida como PAC.

As medidas anunciadas em relação ao “PAC” sinalizam a intenção do Governo Federal em viabilizar o investimento, até 2010, de cerca de 504 bilhões de reais, em obras de infra-estrutura, como estradas, ferrovias e usinas hidrelétricas, como as de Belo Monte (PA), Estreito (TO) e do rio Madeira (RO), bem como investimentos em obras de saneamento básico e medidas destinadas a impulsionar o setor habitacional.

Forma-se ampla articulação e apoio em setores sindicais dos trabalhadores e de empresários, bem como em diversas forças políticas e sociais, apoiando a adoção das medidas necessárias para implementar um

significativo desenvolvimento do país, embora estes mesmos segmentos se unifiquem no sentido de reivindicar uma significativa redução nas taxas de juros.

Em torno deste discurso, Lula tem conseguido certo êxito na implementação da sua base de sustentação parlamentar no Congresso, preparando as condições políticas para enfrentar as polêmicas reformas: tributária; política e talvez mudanças em normas previdenciárias e trabalhistas; que seriam medidas consideradas necessárias pelo capital para implementar condições favoráveis a investimentos privados no país.

A discussão converge para o peso que se deve dar às ações destinadas a promover a expansão da economia. As alavancas, no dizer do economista e professor Paulo Nogueira Batista Jr, seriam mais na área fiscal (política tributária, investimentos públicos e gastos correntes), que alguns consideram ter efeitos mais lentos, ou na área monetária (juros básicos, câmbio e oferta de crédito), que teria efeitos mais imediatos, na medida em que o Banco Central adote orientação mais incisiva na redução da taxa de juros.

Em torno deste projeto, apesar da existência de divergências e nuances sobre determinados enfoques da política econômica, percebe-se estar em formação amplo espectro de apoio de forças sociais e políticas em torno de efetivas medidas destinadas a implementar significativo desenvolvimento da economia nacional, em especial como mecanismo destinado a superar as ainda altas taxas de desemprego no país (19% no DF em 2006, 14,1% em São Paulo, 22,6% em Salvador e 21,3% no Recife, conforme levantamento do DIEESE).

Enquanto as medidas destinadas à implementação do prometido e desejado crescimento econômico, com desenvolvimento e distribuição de renda, são debatidas e projetadas, tende-se a intensificar a discussão sobre o modelo de desenvolvimento para o país.

A isso se soma o interesse já revelado pela administração passada do Governo Lula, no sentido de regular a exploração mineral em terras indígenas.

Desafios – como entrar neste debate

O esforço dos setores indigenistas e as organizações indígenas deve se somar a outros segmentos sociais no sentido de exigir e viabilizar que todo o desenvolvimento do país seja concebido e implementado de forma respeitosa aos direitos e interesses dos variados segmentos que compõem o titular do poder político do Estado, o povo.

Impõe-se avançar em articulações e medidas que resguardem os direitos e interesses dos povos indígenas, diante do amplo propósito governamental, no sentido de implementar investimentos em obras de infra-estrutura, destinadas a criar melhores condições de investimentos privados.

Também são providências necessárias retomar o conhecimento sobre a estratégia de desenvolvimento que orientará o Governo, a ser expresso no futuro Plano Plurianual, que será aprovado em 2007, para vigorar de 2008 a 2012, bem como conhecer o projetos setoriais, para serem avaliados no que implica em repercussão direta ou indireta sobre os povos indígenas.

A instalação da Comissão Nacional de Política Indigenista foi reivindicada do acampamento Terra Livre (foto) em 2005 e 2006. E deve continuar em pauta durante 2007

→ Isto significa dizer não ser possível e muito menos conveniente que as reações dos povos indígenas e seus aliados em relação a cada obra, ocorram desconsiderando estarem todas articuladas diante de um projeto amplo de desenvolvimento.

Precisa ser enfrentado o desafio político no sentido de compatibilizar o respeito aos direitos e interesses dos povos indígenas, como de outras comunidades de trabalhadores e o desenvolvimento regional ou local, que deverá ser apresentado e divulgado como partes "indispensáveis" para o desenvolvimento geral do país.

Neste sentido, junto com os esforços para aprimorar a mobilização e a articulação dos povos indígenas com outros setores do movimento social, ainda é imprescindível viabilizar a instalação da Comissão Nacional de Política Indigenista, criada por Decreto do Presidente da República, em 22 de março de 2006.

Na atual conjuntura, como se revelou no primeiro Governo Lula, impõe-se articular ampla correlação de apoio político e social aos povos indígenas, de forma que se evite o aumento da influência de forças e segmentos com posicionamentos contrários aos direitos e interesses dos povos indígenas, na sociedade brasileira e sobre os órgãos estatais. Neste sentido, continua presente o desafio de aprimorar as variadas formas de articulações dos povos e das organizações indígenas, como também as formas de ação das entidades indigenistas. ■

A eleição para a Câmara dos Deputados

Na Câmara dos Deputados, o resultado das eleições implicou numa renovação de 48% em relação à legislatura anterior. O PMDB é o partido com a maior bancada, seguido pelo PT. O PSDB e o PFL passam a representar, respectivamente a 3ª e a 4ª bancada. O PP será a 5ª força parlamentar na Câmara.

Vocação agrícola

Interessante destacar as observações da análise publicada na "Radiografia do Novo Congresso – Legislatura 2007- 2011", do Boletim do DIAP: "Regionalmente, três aspectos chamam a atenção na nova composição da Câmara. O primeiro é o fato de o PSDB, partido de perfil social-democrata, ter voltado a ser um partido paulista, onde elegeu um quarto de sua bancada. O segundo é a constatação de que o PFL também manteve concentração estadual, sendo a Bahia seu principal reduto. E terceiro é o fato de os estados com forte vocação agrícola terem eleito muitos parlamentares vinculados ao setor, fortalecendo a bancada ruralista".

A conformação ideológica da nova Câmara, a julgar pela formação e fonte de renda, tende a ser menos social-democrata e mais liberal, o que poderá aumentar, segundo o DIAP a pressão por reformas liberalizantes. A redução da bancada de trabalhadores e o aumento das bancadas de empresários e profissionais liberais, por exemplo, abre espaço para novas tentativas de propostas em bases neoliberais, como a flexibilização da legislação trabalhista.

Sob o enfoque dos interesses dos povos indígenas,

esta nova composição pode propiciar um aumento de dificuldades nas articulações em apoio aos direitos e interesses dos povos indígenas. A combinação de ampla capacidade de mobilização com o apoio de outros segmentos do movimento social, com uma firme e hábil determinação no sentido de implementar negociações com as forças políticas e parlamentares na Câmara dos Deputados e no Senado Federal poderá contribuir para viabilizar a aprovação de matérias com conteúdos satisfatórios aos interesses dos povos indígenas, ou mesmo para impedir a aprovação de matérias com conteúdos contrários aos direitos e interesses dos povos indígenas.

	Partido	Nº de Deputados
1	PMDB	89
2	PT	83
3	PSDB	66
4	PFL	63
5	PP	42
6	PSB	27
7	PR	25
8	PDT	24
9	PTB	22
10	PPS	22
11	PV	13
12	PC do B	13
13	PSC	9
14	PTC	4
15	PSOL	3
16	PMN	3
17	PHS3	2
18	PT do B	1
19	PAN	1
20	PRB	1
Total		513

De acordo com análise feita pelo DIAP – Departamento Intersindical de Assessoria Parlamentar, o perfil socioeconômico dos Deputados eleitos indica:

Quanto à escolaridade:

413	têm curso superior completo;
100	têm formação superior incompleta;
51	cursaram até o ensino médio;
12	cursaram apenas o ensino fundamental;

A redução da bancada de trabalhadores e o aumento das bancadas de empresários e profissionais liberais, por exemplo, abre espaço para novas tentativas de propostas em bases neoliberais, como a flexibilização da legislação trabalhista

Quanto à idade:

20	entre 21 e 30 anos
229	entre 31 e 50 anos;
172	entre 51 e 60 anos; e
92	com idade superior a 61 anos

Quanto à profissão:

- **265 profissionais liberais**
87 advogados, 54 médicos, 47 engenheiros, 20 economistas, 15 administradores, 10 jornalistas, 6 contadores, 4 sociólogos, 3 arquitetos, 3 farmacêuticos, 3 médicos-veterinários, entre outros.

- **121 empresários**
97 urbanos (83 empresários, 11 comerciantes e 3 industriais), 24 rurais (9 empresários, 8 pecuaristas, 6 agropecuaristas e 1 cacauicultor);

- **87 assalariados**
32 professores, 22 servidores públicos, 9 radialistas, 5 bancários, 3 delegados, 3 policiais, 2 técnicos em edificações, 2 promotores de justiça, entre outros;

- **19 operários urbanos e rurais**
7 metalúrgicos, 7 agricultores, 1 técnico químico, 1 técnico em telecomunicações, 1 técnico em artes gráficas, 1 ferroviário e 1 insidustriário;

- **21 com ocupações diversas**
5 estudantes, 3 bispos evangélicos, 2 cantores, 2 padres, 2 sacerdotes, 2 líderes comunitários

A eleição para o Senado Federal

No Senado, o resultado das eleições em 1º de outubro conformou a composição desta Casa legislativa da seguinte forma:

Partido	Senadores Eleitos	Senadores por Partido
PFL	6	17
PSDB	5	14
PMDB	4	19
PTB	3	5
PT	2	9
PDT	1	5
PSB	1	3
PL	1	3
PC do B	1	1
PPS	1	1
PRTB	1	1
PP	1	1
PSOL	0	1
PRB	0	1
Total		81

A partir de fevereiro de 2007, o PMDB será o partido com a maior bancada parlamentar no Senado, com 19 Senadores, seguido pelo PFL, com 17, considerando a composição do Senado com os Senadores cujos mandatos terminarão somente em 2011. O PSDB será a 3ª força parlamentar, com 14 Senadores e o PT terá a 4ª maior bancada, com 9 Senadores. ■



Povos Tupinikim e Guarani: dois meses de ações

Lula almoça com diretores da Aracruz Celulose, enquanto o ministro Marcio Thomaz Bastos, por duas vezes, não recebe lideranças indígenas, que, em protesto, acamparam em Brasília em janeiro

Geertje van der Pas
Repórter

Cansados de esperar pela demarcação de suas terras, os Tupinikim e Guarani organizaram manifestações nos meses de dezembro e janeiro. O objetivo foi pressionar o governo brasileiro para que cumpra seu dever constitucional e demarque, de uma vez por todas, suas terras tradicionais. São 11.009 hectares de terras, invadidas pela empresa Aracruz Celulose S/A, no Espírito Santo.

Entre 12 e 14 de dezembro de 2006, cerca de 300 Tupinikim e Guarani ocuparam a área do Portocel, o porto pelo qual a Aracruz Celulose exporta sua produção de mais de 2 milhões de toneladas de celulose, destinada a produção de papéis descartáveis na Europa, América do Norte e Ásia. A ocupação terminou após conflito gerado pela reação de 1500 trabalhadores ligados à Aracruz.

Entre 18 e 20 de dezembro, 18 lideranças estiveram em Brasília para se reunir com o presidente da Fundação Nacional do Índio (Funai), Mércio Pereira Gomes, e com o ministro da Justiça, Márcio Thomaz Bastos, como tinha sido acordado na desocupação do porto. A reunião no Ministério da Justiça, no entanto, não ocorreu. No dia 19, as lideranças ficaram mais de quatro horas em frente ao órgão sem serem recebidos por ninguém.

Enquanto os indígenas sequer puderam entrar no Ministério da Justiça, o presidente Lula almoçou, no mesmo período, com o presidente da Aracruz Celulose. Esta empresa recebeu de presente um empréstimo de 595,9 milhões de reais a juros simbólicos. Este dinheiro é oriundo do Fundo de Amparo ao Trabalhador e do PIS/Pasep (Programa de Integração Social e o Programa de Formação do Patrimônio do Servidor Público).

Indignadas, as lideranças decidiram voltar a Brasília em janeiro.

E a volta aconteceu. Um grupo de 50 Tupinikim e Guarani chegou no dia 17 de janeiro a Brasília, com o objetivo de conseguir uma audiência com o ministro da Justiça sobre o andamento do processo. Eles ficaram acampados dois dias em frente



Mobilizações em Brasília e no porto do Espírito Santo tiveram apoio de sindicatos, movimentos sociais e ONGs

ao Ministério da Justiça. Uma das ações foi um bloqueio da Esplanada dos Ministérios, que foi interrompido por policiais da Polícia Militar. Alguns carros tentaram ignorar o bloqueio e passar pelos manifestantes.

No porto

Após a ocupação pacífica realizada pelos Tupinikim e Guarani em dezembro, a direção do porto paralisou as atividades. Os trabalhadores que estavam no local na hora da ocupação deixaram a área, aplaudindo os indígenas. Esta cena não foi mostrada pela imprensa.

No segundo dia da ocupação, cerca de 1000 trabalhadores – empregados diretos e de empresas terceirizadas –, mobilizaram-se no porto com o objetivo de retirar, à força, os 300 índios. Os trabalhadores partiram para agressões físicas a vários apoiadores da causa indígena, como o deputado estadual

Cláudio Vereza e um dos coordenadores estaduais do MST, Ronaldo Alvez. A polícia militar, que estava no local, não interveio, deixando a situação ainda mais tensa.

Após a chegada de um diretor da Aracruz Celulose, os trabalhadores deixaram o local. No mesmo dia, os índios também deixaram voluntariamente a área. Em uma reunião com representantes da Funai, os índios aceitaram a proposta de uma audiência em Brasília com o ministro da Justiça.

Grupos de apoio à luta indígena na Alemanha, Holanda, Estados Unidos e Noruega também realizaram manifestações nas embaixadas e nos consulados do Brasil para que as terras Tupinikim e Guarani sejam demarcadas.

Diversas entidades e movimentos sociais apoiaram esta ação, inclusive o Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra (MST).

Vitória contra o racismo

O Juiz Federal Flávio Roberto de Souza, da 1ª Vara da Justiça Federal de Linhares, proibiu a Aracruz de reproduzir ou divulgar conteúdos em sua página na Internet ou em materiais impressos que tratem os povos Tupinikim e Guarani do Espírito Santo como impostores, sob pena de pagar multa de R\$ 100.000,00 por dia de exposição na internet ou por evento de propaganda.

Desde agosto de 2006, a empresa vinha divulgando, em escolas e locais públicos do município de Aracruz, cartilhas que tratam da questão indígena, chamando as comunidades que vivem na região de “supostos índios” e outras expressões preconceituosas. Este conteúdo também aparecia na página da empresa na Internet.



Foto: Arquivo

A disputa

Desde o dia 12 de setembro de 2006, o processo das terras Tupinikim/Guarani encontra-se no Ministério da Justiça com o parecer da Funai favorável à demarcação. A partir desta data, segundo o Decreto 1.775/96, o ministro teria 30 dias para se pronunciar. Mas até hoje nenhuma decisão foi tomada.

Na Esplanada dos Ministérios, em Brasília

No segundo dia do acampamento, em janeiro, conversaram com o grupo a consultora jurídica do Ministério, Teresinha Maglia, e a diretora de assuntos fundiários da Funai, Nadja Bindá. Elas disseram que o ministro não assinou a portaria de demarcação da terra indígena porque os Guarani e Tupinikim teriam quebrado um acordo verbal de não realizar mobilizações antes da decisão do ministro.

“Não fomos nós que quebramos um acordo, foi o governo porque não cumpriu os prazos estabelecidos”, falou a liderança Paulo Tupinikim, “nossa avaliação é que, aqui no Ministério, mais uma vez o governo está enrolando a gente. O processo já está no Ministério da Justiça, não tem mais nada a fazer a não ser tomar uma decisão”.

No mesmo dia houve uma reunião com o deputado Luiz Eduardo Greenhalgh, presidente da Comissão de Direitos Humanos da Câmara dos Deputados. A Comissão prometeu enviar um ofício ao Ministério da Justiça, pedindo ao governo federal que acelere a solução do problema e recordando o compromisso de homologação da terra assumido pelo governo, através do ministro Márcio Thomaz Bastos. A Comissão tentará também marcar uma reunião com o ministro Luiz Dulci, chefe da Secretaria-Geral da Presidência da República, para fevereiro.

Depois da reunião, o grupo Tupinikim e Guarani decidiu voltar ao município de Aracruz. Eles pretendem retornar a Brasília quando houver reunião agendada com a Presidência da República. ■

Projeto Pindorama forma universitários indígenas em São Paulo

Projeto traz à tona o debate sobre a relação dos estudantes com seus povos e os desafios da inserção no mundo do trabalho não indígena

Benedito Prezia
Coordenador da Pastoral Indigenista
de São Paulo

Deus quer, o homem sonha e a obra nasce". Esta frase do poeta português Fernando Pessoa, reproduzida no convite de formatura dos 15 formandos do Projeto Pindorama, ocorrida no dia 14 de dezembro passado, sintetiza o coroamento dos muitos esforços e parcerias, ocorridos durante esses cinco anos. São nove formandos da primeira turma e sete da segunda.

Em 2001 nascia tímido e, ao mesmo tempo, robusto, um projeto que seria pioneiro no ensino universitário paulistano. Era fruto da conjunção do sonho da psicóloga e professora Ana Maria Battaglin, da Pontifícia Universidade Católica de São Paulo (PUC-SP), dos esforços do jovem Xavante Hiparindi Toptiro, da antropóloga e professora da PUC, Lúcia Helena Rangel, do empenho da Pastoral Indigenista da Arquidiocese de São Paulo e da colaboração da Associação Indígena S.O.S. Pankararu. Em janeiro de 2002, matricularam-se na PUC 26 estudantes de três povos (Pankararu, Guarani Mbyá e Xavante). Preparados pelo Cursinho Pré-Vestibular da Poli, surpreenderam a própria reitoria da PUC, que prometera bolsa a todos os que tivessem sido aprovados no vestibular da universidade.

O grupo era composto, na sua maioria, por jovens do povo Pankararu, alguns deles nascidos em São Paulo. Para vários, o fato de obter uma bolsa por ser indígena foi uma surpresa, e motivo de sentir-se orgulhoso de sua origem étnica, como confessou Adilson Barros: "Nasci em São Paulo, ficando na aldeia só quatro meses. Mas me assumo como indígena. Quando tive uma reunião na USP, sobre o Cursinho, fui representando a comunidade. Quando falei, na frente dos estudantes e professores, senti um orgulho muito grande! Foi uma das coisas mais importantes da minha vida."

Para ter um acompanhamento melhor, a partir do ano seguinte, a PUC passou a conceder apenas 12 bolsas. Os povos participantes triplicaram. Vieram jovens Atikum, Guarani Nhandeva, Kaingang, Krenak, Pankararé, Pataxó, Potiguara e Terena, todos moradores da capital e da grande São Paulo. Nesses cinco anos passaram pelo projeto 75 indígenas.



Os cursos foram os mais diversos: letras (português, inglês, espanhol), pedagogia, geografia, serviço social, fonoaudiologia, enfermagem, turismo, direito, administração, ciências contábeis, tecnologia em mídias digitais, multimeios, ciência da computação, matemática, engenharia elétrica e física médica. No vestibular de 2006 foram aprovados alunos também para os cursos de ciências sociais, história e artes do corpo.

Como era de se esperar, alguns ficaram pelo caminho, desistindo dos estudos, pelas mais diversas causas. Outros interromperam pela dificuldade do curso, como os de engenharia elétrica e física médica. Mas duas alunas conseguiram ir para o curso de direito, enfrentando grande concorrência.

Como observou a prof. Ana Battaglin, iniciadora do projeto, "alguns apresentaram dificuldades em razão da formação básica precária, mas muitos superaram essas dificuldades e alguns apresentaram desempenho superior ao da média de seus cursos". Este foi o caso de Elena Gomes, que se formou em pedagogia e que recebeu um prêmio por seu trabalho de iniciação científica sobre a educação infantil. O mesmo se pode falar de Edcarlos Pereira do Nascimento, do curso de serviço social, e morador da favela do Real Parque, situada no sofisticado bairro do Morumbi. Sua elogiada monografia de final de curso falou sobre as políticas públicas para indígenas na cidade.

E agora, o desafio do trabalho

A formatura dos alunos das duas primeiras turmas mostra que se os jovens indígenas estão encontrando um espaço na sociedade não indígena, ela também coloca o problema de sua inserção profissional no mercado de trabalho.

Depois de um ano de formado, Edcarlos Nascimento pergunta: "O que adianta estudar quatro anos, sendo que o mercado não oferece oportunidades para quem tem ensino superior? Imagine os que não têm ensino fundamental?! Ao ingressar na universidade pensava que depois de formado poderia fazer muito mais para o meu povo, mas hoje

me encontro de mãos atadas, pois estou desempregado. Mas de uma coisa estou ciente, ainda tenho uma dívida com o meu povo," revela. "Não queremos ser gerentes de bancos, de multinacionais... Buscamos apenas nossos direitos enquanto indígenas, e o estudo é fundamental para nos prepararmos e conquistarmos nossos objetivos, com uma visão crítica e construtiva", afirma Edcarlos.

O emprego pode demorar um pouco, mas o Brasil para esses jovens indígenas já não é mais o mesmo. A resposta para construir um outro país dependerá de cada um deles.

Um dos objetivos do projeto, além da capacitação profissional, é contribuir para a formação cidadã dos alunos e para o fortalecimento de seu reconhecimento como membro de um grupo étnico, pois muitos estavam distantes de suas comunidades de origem. Mensalmente há uma reunião, da qual todos devem participar, e, uma vez ao ano, é realizado um encontro de dois dias, para convivência e estudo.

Muitos sabem que os desafios são grandes, como é o caso de Ailton Xarim Mendes, cuja mãe, Kaingang, viveu até os 18 anos na aldeia na região de Bauru, no interior de São Paulo. Vindo para a capital, casou-se com um não índio e teve três filhos. Ailton, o segundo deles, trabalha como analista financeiro numa empresa no centro de São Paulo, e procura ligar o mundo urbano, em que vive, e seus parentes: "Minha avó ainda vive na aldeia e sei que muitas pessoas lá necessitam do meu apoio. Precisamos preparar o índio para preservar a riqueza de suas raízes e, ao mesmo tempo, saber enfrentar os desafios do mundo moderno".

Regiane Aparecida da Silva, Pankararu, cursa o quarto ano de direito e quer especializar-se em direitos humanos para atuar na defesa dos povos indígenas, já que os problemas deles são grandes, não só em Pernambuco, de onde veio e onde as terras estão invadidas por posseiros, mas também em São Paulo, onde os Pankararu - quase 1.500 pessoas -, vivem na grande maioria em favelas. "O importante é que a instrução recebida servirá para auxiliar no processo de emancipação de nossos povos, marginalizados há tantos séculos", diz.

Os desafios ao longo desses anos foram muitos, sobretudo o financeiro, pois a manutenção recebida da Funai - R\$ 75,00 mensais -, mal dava para pagar o transporte. Uma das alunas chegou a dizer que algumas vezes tinha que escolher entre fazer um xerox e comer um lanche. As parcerias foram tímidas, mas houve apoio do Colégio Santa Cruz, que assumiu duas bolsas integrais, e de Furnas-Centrals Elétricas, que há três anos pagou a matrícula dos estudantes selecionados. ■

*(Colaborou com a matéria o jornalista
Walter Faucetta - PUC-SP)*

**Crianças
Guarani
apresentam-se
na formatura
dos 15
primeiros
estudantes
do projeto
Pindorama, na
PUC-SP. Todos
os meses,
universitários
têm
reuniões que
contribuem
para formação
cidadã**



KURUSSU AMBÁ

A morte e a verdade da mentira

“Podemos morrer muitos
Podemos chorar muito,
Mas as lágrimas e o sangue
Vão fortalecer nossa luta”

Anastácio Peralta
Comissão de Direitos Kaiowá Guarani



Egon D. Heck
Cimi MS

Os Kaiowá Guarani do Mato Grosso do Sul estão uma vez mais de luto e de luta. Xuretê, guerreira e nhandesi (rezadora) de 73 anos, foi brutalmente assassinada, enquanto invocava forças para seu povo continuar no tekoha ao qual haviam voltado. Um tekohá é uma terra tradicional do povo Guarani.

Seu mabaracá (instrumento ritual) caiu no chão ao seu lado. Seu corpo foi colocado num ônibus de seus algozes e despejado, juntamente com os sobreviventes, à beira da estrada, MS 289, próximo à aldeia de Taquapery. Ali continuaram em ritual de luto e luta por cinco dias, aguardando autorização da Justiça, para poderem enterrá-la no local em que foi assassinada, no tekohá Kurussu Ambá.

Prontamente, a juíza federal em Ponta Porá negou esse direito. O mesmo aconteceu com a decisão do Tribunal Regional Federal, em São Paulo. Assassinaram Xuretê e mataram duas vezes a decisão da comunidade de sepultá-la na terra pela qual derramou seu sangue. O jeito foi colocá-la numa cova rasa e provisória. “Nós vamos enterrar Xuretê no Kurussu Ambá, pois é lá que mataram ela, e será ali que ela vai ficar” exclamou revoltado uma das lideranças do grupo, quando fomos levar a eles nossa solidariedade junto com mais uma dezena de movimentos sociais do Mato Grosso do Sul, dia 20 de janeiro. O mesmo havia sido repetido diversas vezes e de forma veemente na manifestação nas praças e ruas de Dourados, no dia 11 de janeiro, enquanto se aguardava as respostas da Justiça.

Ocultando a verdade

É importante ver como a quase totalidade dos meios de comunicação tratou mais esse fato de violência envolvendo uma comunidade Kaiowá Guarani na retomada de um pedaço de suas terras tradicionais.

Como a mídia divulgou o fato

“A índia Xuretê Lopes, morreu nesta terça-feira, durante o confronto entre um grupo de seis a oito homens brancos armados e 180 indígenas da mesma etnia, que invadiram a fazenda Madama” (do site Campo Grande News). Falam de “confronto”, quando na verdade foi uma covarde chegada de um grupo em mais de dez caminhonetes, ocupadas por mais de 40 pessoas armadas que começaram a disparar sobre os índios e o acampamento, de madrugada, enquanto a maioria das pessoas estava se levantando.

É a repetição dos ataques de bugreiros matadores de índios que ocorreram durante esses 500 anos. Apenas, as armas assassinas se tornaram mais certeiras e potentes. Os interesses antiindígenas se reciclaram. Contam com a ajuda e conivência de órgãos públicos, polícia, justiça... A luta dos índios por sua terra, direito constitucional, é considerada “invasão”.

Foram ocultados atos de violência contra o grupo, inclusive o seqüestro de um jovem que continua desaparecido, e a armação de fatos para prender e criminalizar as lideranças do grupo.

A imprensa local não falou sobre a utilização de empresas de segurança privadas, espécie de milícia armada a serviço dos fazendeiros. Essa terceirização da repressão e pistolagem é uma estratégia para esconder os mandantes.



Os Guarani ainda querem enterrar a rezadora Xuretê Lopes no Tekohá Kurussu Ambá, de onde ela é originária e onde foi assassinada. Ministério Público Federal fez pedido de autorização à Justiça

Todo esse conjunto de instrumentos a serviço do agronegócio e da concentração da terra nas mãos de um pequeno grupo, torna a realidade da violência cada vez maior e mais cruel. Os povos indígenas, como os Kaiowá Guarani no cone sul do Mato Grosso do Sul, são as principais vítimas de toda essa estrutura perversa.

A prisão dos quatro indígenas, que agora podem responder a processo por roubo de equipamentos agrícolas, é outro fato controverso. A versão divulgada pela mídia – e pela polícia – foi de roubo. A denúncia dos quatro Guarani por roubo de máquinas agrícolas já foi apresentada pelo Ministério Público Estadual à Justiça.

Mas a liderança Ortiz Lopes conta como foi feita a prisão, em 8 de janeiro. “O fazendeiro da fazenda Madama chegou lá, conversou com as lideranças, cedeu o trator e disse que a gente podia usar. O líder da retomada estava indo de trator buscar comida para a comunidade, e aí a polícia apareceu. Foi uma armadilha”, disse. Após o episódio, a liderança Francisco Fernandes e vários outros Guarani foram presos. Quatro homens continuam na prisão. (veja quadro ao lado)

O contexto de violência

Assassinato, seqüestro, ferimentos à bala, desaparecimento de um jovem, prisões, todo esse espectro de violências ocorridas em

Kurussu Ambá, infelizmente, não são fatos isolados. O Mato Grosso do Sul está ostentando o vergonhoso título de Estado de maior violência contra os povos indígenas.

Um levantamento preliminar feito pelo Cimi mostra que, só no ano passado, pelo menos 20 índios foram assassinados, e há uma média de mais de 50 suicídios por ano.

Além disso, existe a violência sistemática e diária a que são submetidas as comunidades Kaiowá Guarani: a fome que ceifa inúmeras vidas, especialmente crianças morrendo de desnutrição. Todo esse quadro tem “características de genocídio”, como têm afirmado antropólogos e o Cimi em recente documento.

A principal violência contra esse povo é a negação do direito à terra. Um povo confinado, numa média de menos de um hectare por pessoa, é um povo condenado diariamente à insegurança e à falta de perspectiva de vida.

Uma das realidades reveladoras desse estado de violência é o grande número de índios nos presídios do Estado. É possível que cheguem a 200. Só no presídio de Amambaí, eles são 48, praticamente um terço do total dos presos dali. No presídio de Dourados, eles são mais de 70.

Protestos e a solidariedade

É difícil imaginar como outro povo, que não tivesse a profundidade religiosa, resistência cultural, e espiritualidade vivencial do povo Kaiowá Guarani, conseguiria sobreviver e atravessar semelhante mar de adversidades e violências. Guerreiros da paz e da esperança, eles conseguem ter forças para continuar sua longa travessia rumo à terra sem males.

No caso de Kurussu Ambá, como em tantos outros casos de volta às suas terras tradicionais, os Kaiowá têm enfrentando jagunços, milícias ou polícia. Eles têm lutado principalmente com seus mabaracá e tkuara, nos constantes rituais, acreditando na proteção de Deus, na força dos nhanderu (líderes religiosos) e dos guerreiros, no apoio e solidariedade de seus amigos e aliados no Brasil e mundo afora.

Entre o Sonho Guarani e a Vida Severina

Relato missionário de uma visita à penitenciária de Amambai, onde estão presos 48 indígenas

Saulo Feitosa
Vice-presidente do Cimi

Chegando à comunidade, para mim coube a tarefa de levar as pessoas para visitar seus familiares presos.

Chegamos enfim à penitenciária. Aquela seria a primeira visita que fariam a seus parentes desde o dia em que foram detidos. Na porta, muitas pessoas, principalmente mulheres com sacolas contendo biscoitos e alguma roupa para os seus visitados. Olhei as indígenas e me dei conta que nada traziam. Perguntei-lhes se não trouxeram nenhuma roupa, pois os quatro ainda deveriam estar com as mesmas com as quais foram presos. Recebi como resposta “não temos nada”. Lembrei de minha bolsa de viagem no porta-malas e lá ainda havia uma camisa limpa, duas camisetas e duas calças. As mulheres olharam o que ficaria melhor em quem e já fizeram uma distribuição prévia, antes de entrarem no presídio. Passamos também num supermercado e compramos biscoitos. Organizamos quatro sacolas, uma para cada. Tudo pronto para a visita.

Nos aproximamos da porta principal e nos dirigimos a um agente penitenciário. Ele nos exigiu documentos comprobatórios do grau de parentesco, devendo os mesmos conter fotos. Esclareci que nem todos eram portadores de documentos, mesmo porque seus pertences haviam sido incendiados por fazendeiros da região quando invadiram e destruíram suas habitações.

O agente percebeu outro impedimento, Ramona estava de bermuda (abaixo do joelho) e aquela roupa não era permitida no ambiente. Além do mais, cada um deveria trazer duas fotos para o presídio preparar uma carteirinha de visitas. E assim seguiam outras exigências, ampliadas pela má vontade do atendente. Pacientemente busquei um diálogo mais consequente. Chegamos a um acordo e as quatro puderam entrar, com a advertência que “por hoje passa, mas da outra vez devem cumprir as exigências”.

Do lado de fora, fiquei pensando: “por que não retornar ao presídio e tentar falar com o diretor?” Era preciso entrar e ver a situação dos presos. Consegui autorização para entrar. Na porta, encontro Adelson, um dos familiares dos presos, que já havia acabado a visita, e sugiro que me acompanhe. Somos interrompidos por algumas pessoas que nos cumprimentam, muitos rostos indígenas. Chegamos até Francisco, um dos presos de Kurussu Ambá, chegamos os outros indígenas e conversamos de maneira rápida. Ninguém se queixa de violência física, mas todos afirmam receber um tratamento desrespeitoso e dizem serem vítimas de uma armação, insistem que precisam ser retirados de lá com urgência e pedem-me atenção a seus processos.

Começo a retornar e sou interrompido por um agente penitenciário que se demonstra bastante preocupado com a situação de outros índios que também cumprem pena ali. Pede-me para conversar com uma jovem indígena detenta e ouvir seu relato. É da aldeia de Amambai, foi condenada por homicídio, mas jura inocência. Na seqüência, outros agentes também me procuram e relatam o desprezo em que se encontram os índios detentos.

Chega o diretor da penitenciária e indago-lhe sobre o total de presos, responde-me que são 145. Pergunto-lhe se há muitos indígenas. Ele diz que sim. São 48, entre homens e mulheres.

Desejo saber se alguém da Funai aparece para visitá-los. Ele me responde que às vezes, mas logo em seguida complementa, “para falar a verdade ninguém aparece aqui, esses índios estão abandonados”. Um outro agente interfere no diálogo e diz que muitos indígenas deveriam ter saído para passar o Natal em casa, mas o advogado da Funai não aparece por lá e o advogado que assiste ao presídio não pode atender aos indígenas porque é atribuição do advogado da Funai, mas esse por sua vez nada faz...

Voltamos ao acampamento e lá os visitantes informaram à comunidade sobre a situação de seus líderes. Ao cair da tarde tomamos nosso caminho de volta. Para nós há essa liberdade de ir e vir, por isso podemos retornar sempre às nossas casas, nossos “tekohás”. Para as pessoas que ficaram no acampamento isso por enquanto ainda é um Sonho, que esperamos seja concretizado muito em breve. ■

Fotos do acampamento onde estão vivendo os Guarani, à beira da estrada MS-289, no dia da visita de solidariedade realizada por sindicatos e movimentos sociais do Mato Grosso do Sul. Os Kaiowá Guarani contaram que prisão de lideranças foi armadilha



Foram inúmeras as manifestações de solidariedade. Desde grupos da Austrália até o movimento de professores e acadêmicos Kaiowá Guarani, que estiveram na área e nas ruas e praças de Dourados, protestando, manifestando sua indignação diante do assassinato, violências e prisões e exigindo justiça e a demarcação das terras. Também os movimentos sociais do Mato Grosso do Sul foram levar seu apoio à luta pela terra das famílias expulsas e acampadas à beira da estrada.

Desafios, caminhos e exigências

No caso do tekohá Kurussu Ambá, o que a comunidade está exigindo é a imediata providência com relação à terra, ou seja, que a Funai envie um grupo de trabalho para iniciar a regularização da terra. Pedem também a identificação e punição dos responsáveis pelo assassinato e violências, e a libertação das lideranças presas em Amambai.

Os desafios mais imediatos são reconstruir a esperança acampada sob as lonas pretas à beira da estrada, enterrar Xuretê Julite Lopes no Kurussu Ambá e ampliar a solidariedade à luta pelos seus direitos, para garantir a dura sobrevivência nestas circunstâncias. Já está desencadeada uma campanha de solidariedade e arrecadação de alimentos e utilidades necessárias neste momento, coordenada pelos movimentos sociais do Mato Grosso do Sul.

O caminho poderá não ser fácil e as soluções talvez não sejam rápidas. Porém “é uma luta que nosso Deus está vendo e não será em vão”, como expressou Elizeu Lopes, uma das lideranças do grupo.

Após a prisão de suas lideranças e o despejo na beira da estrada, eles formaram um grupo de seis lideranças para levar a luta adiante. No momento são eles que estão coordenando as atividades do dia-a-dia e fazendo os contatos com as outras áreas e aliados dos diversos rincões. ■

Cúpula discute Integração da América a partir dos povos indígenas

Encontro na Bolívia contesta integração neoliberal do Continente a partir do capital transnacional

Egon D. Heck
Cimi - MS

Em oficina, povos originários discutiram temas relacionados à integração: território, cultura e conhecimentos, entre outros

Entre os dias 6 e 9 de dezembro de 2006, a Bolívia foi o centro de atenções dos movimentos sociais da América do Sul. Cochabamba, cidade central do território Quechua, na cordilheira dos Andes, recebeu 4.500 pessoas vindas de 12 países para a Cúpula Social para a Integração dos Povos.

Naqueles dias, ganhou o mundo o grito contra o neoliberalismo que está causando sofrimento, mortes e destruição da Pachamama (mãe Terra) negando aos povos indígenas, nações originárias, o direito a seus territórios e sua sobrevivência enquanto povos. Foram denunciados verdadeiros genocídios envolvendo transnacionais, com a convivência dos Estados nacionais.

Milhares de pessoas dos movimentos sociais de todos os países da América do Sul se reuniram para buscar caminhos e projetos alternativos de integração, não a partir do mercado, mas a partir da pluralidade e riqueza cultural e social dos povos.

Na noite de abertura (6), as falas foram em quechua, aymara e espanhol. Os maiores aplausos foram para as corajosas ações de Evo Morales, na Bolívia, Hugo Chávez,



na Venezuela e Fidel Castro, em Cuba, no enfrentamento ao império.

Nos dias 8 e 9, Cochabamba também sediou a II Cúpula Sul-Americana de Nações, que reuniu os presidentes dos países da América do Sul. Na pauta do encontro, a revisão e implementação das grandes obras de integração regional, em curso há cinco anos, que constituem o polêmico programa de Iniciativas de Integração Regional Sul Americana – IIRSA.

Os eventos na cidade começaram nos dias 4 e 5, com a oficina internacional de “Integração da América do Sul a partir do Olhar dos Povos Indígenas”. Dela, participaram mais de 50 representantes de organizações regionais e nacionais e os coordenadores da articulação dos povos indígenas da

Amazônia (Coica) e da região Andina (Coai).

Na oficina foram discutidos os projetos oficiais de integração, para então se construir uma proposta de integração a partir dos povos indígenas. Foram debatidas questões como terra e território, cultura e conhecimentos coletivos, fronteiras e segurança nacional, recursos naturais, energia e meio ambiente e soberania. Ao final deste encontro, foram tiradas propostas que serviram de base para o manifesto dos Povos Indígenas, aprovado na Cúpula dos Povos.

As discussões na Cúpula trataram de 13 temas: energia, infraestrutura, institucionalidade, assimetrias e comércio, migrações e cidadania, meio ambiente e biodiversidade, água, justiça e impunidade, financiamento, agricultura e soberania alimentar, defesa e

militarização, direitos sociais e trabalho, populações indígenas e descriminalização da folha de coca.

No documento final do evento, os participantes afirmaram que a integração deve primar pela cooperação e não pela concorrência, pelos direitos dos habitantes e não pelos interesses comerciais, pela soberania alimentar e não pela agro-exportação, pela ação decidida do Estado na direção do bem-estar e não pelas privatizações.

A assembléia final da Cúpula recebeu a visita inesperada do presidente do Equador, Rafael Correa, e contou com a participação de deputados constituintes da Bolívia. As propostas aprovadas constituem um projeto popular para o Continente e foram entregues aos governantes da América do Sul. ■

Chávez, Morales e Ortega encontram participantes da Cúpula dos Povos

Blanca Chancoso, Quéchu, falou aos 4.400 delegados de 12 países no encontro com os presidentes: “Busquem políticas a partir da cosmovisão dos povos”.

Dia 9 de dezembro foi um sábado de forte sol e emoção em Cochabamba. Milhares de pessoas foram ao Estádio Pillares, onde ocorreu o encontro entre os presidentes presentes à II Cúpula Sul-Americana de Nações e os movimentos sociais reunidos na Cúpula Social pela Integração dos Povos.

O espaço que comporta 25 mil pessoas foi totalmente tomado. Alguns levavam guarda-chuvas, panos ou papéis para se defender do sol. Mas a grande maioria enfrentou o calor sem nenhuma proteção para ouvir a fala dos presidentes, em especial as de Evo Morales e Hugo Chávez.

As cadeiras mais próximas ao palco foram reservadas para representantes dos povos e países. Dentre eles, estavam três representantes dos povos indígenas do Brasil: Anastácio Guarani, Marquinhos Xukuru e Edilene Truká.

Após a chegada dos representantes dos países, foram apresentadas músicas compostas especialmente para o momento, com apelo social para as transformações em curso no Continente.



Logo após, Blanca Chancoso, do povo Quéchu, do Equador, dirigiu a palavra aos presidentes e à multidão de mais de 25 mil pessoas presentes.

Ela destacou as principais deliberações e discussões feitas no âmbito da Cúpula dos Povos: “Hoje sopram novos ventos para os povos que por 514 anos fomos silenciados e espoliados. Estivemos aqui com mais de 4.400 delegados dos 12 países sul-americanos e outras partes do mundo. Nos unimos na

aliança pelos direitos de todos os povos. Por isso pedimos e confiamos em vocês presidentes para que respeitem os direitos dos povos indígenas e seus territórios. Reconheçam que nossos estados são plurinacionais, e, como tal, busquem desenvolver políticas a partir dessa realidade, da cosmovisão dos povos”.

Em seguida, os presidentes falaram. Vários presidentes não foram ao estádio, justificando-se em função de agendas e problemas a resolver, inclusive Lula, do Brasil.

Entretanto, os mais esperados lá estiveram: Evo Morales, Hugo Chávez, da Venezuela, e Daniel Ortega, da Nicarágua.

Após breves palavras do vice-presidente da Argentina, que reafirmou que “esta é a hora dos movimentos sociais, dos povos originários, de grandes mudanças no Continente”, com as quais se solidariza, falou o presidente eleito da Nicarágua, Daniel Ortega: “Desde a pátria de Sandino, lhes trago o abraço revolucionário, de um povo que não se rendeu, que não se vendeu, e continua sua luta”.

Em seguida, Hugo Chávez, presidente reeleito da Venezuela, fez um dos pronunciamentos mais esperados. Ele fez um apelo, enquanto soldado desse Continente, aos soldados verdadeiros, que devem estar ao lado do povo e não se iludindo pelas elites dominantes.

Conclamou a todos para a união e luta contra a “extrema direita que não tem pátria”. E, ao se referir às ameaças contra Evo Morales, foi enfático. “Se o império norte-americano e seus lacaios aliados arremeterem contra o governo de Evo Morales, não ficaremos de braços cruzados.” ■

Povos protestam no AC e em RO contra invasores de suas terras

Comunidades exigem que o governo impeça retirada ilegal de madeira

Marcy Picanço
Editora do Porantim

A invasão ilegal de terras indígenas para retirada de madeira é uma das principais ameaças sobre os povos indígenas. Entre dezembro e janeiro, os Apolima-Arara, do Acre, e as comunidades que vivem na terra Uru-Eu-Wau-Wau, de Rondônia, se mobilizaram para protestar contra esta situação.

Em dezembro, um grupo de Apolima-Arara ocupou as sedes da Fundação Nacional do Índio (Funai) e do Instituto Brasileiro de Meio Ambiente (Ibama) em Cruzeiro do Sul, no Acre, para pressionar estes órgãos a solucionarem o conflito existente na terra Arara do Amônia, em Marechal Thaumaturgo, causado por autorizações emitidas pelo Ibama para retirada de madeira e construção de casas para os não-índios.

A construção das casas é fruto de um convênio entre o Ibama e o Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária (Incra), que fizeram o acordo sabendo que a área em questão é indígena. A retirada de madeira ocorre, entre outras razões, porque os madeireiros e até órgãos públicos não reconhecem a área identificada como indígena. O laudo mais recente da Funai, feito em janeiro de 2006, confirmou, pela terceira vez, que aqueles 20.754 mil hectares são território dos Apolima-Arara.

O problema da retirada de madeira por não-índios é antigo e constante. Em 18 de novembro de 2006, um grupo de Apolima-Arara apreendeu um carregamento de madeira e o barco que o transportava. Funcionários que estavam

no barco afirmaram que possuíam autorização do Ibama.

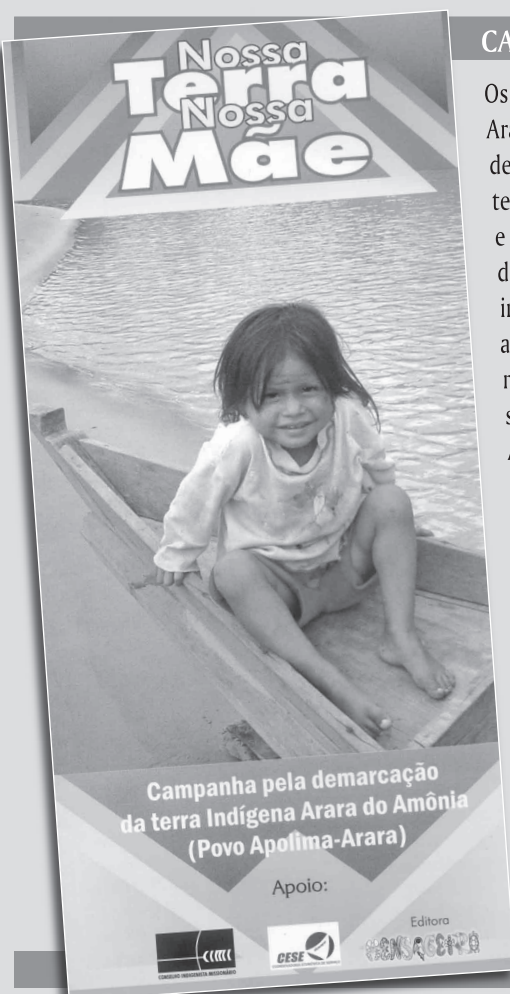
Para tentar solucionar esta situação, no dia 20 de dezembro, houve uma reunião no Gabinete do Procurador da República Fernando José Piazenski, com a presença do Secretário Extraordinário dos Povos Indígenas do Acre; do presidente do Instituto de Meio Ambiente do Acre (Imac); do Ibama-AC; do Administrador Regional da Funai-AC, e de representantes da comunidade Apolima-Arara.

O processo de reconhecimento e demarcação terra indígena Apolima-Arara está parado na Funai. Na reunião, foi decidido que, caso o processo não avance, o Ministério

Público Federal tomará, em fevereiro, as medidas judiciais cabíveis.

O Ibama e o Imac se comprometem a fiscalizar a terra indígena para impedir o corte de madeira e a caça ilegais. E o Incra fará o levantamento do número de famílias que seriam atingidas com a demarcação da terra. Até 31 de janeiro, o Instituto deveria apresentar um relato sobre a situação fundiária dos assentados, para verificar se estes estão cumprindo as regras da Reforma Agrária.

Após a reunião, os Apolima-Arara, que já haviam desocupado as sedes da Funai e do Ibama, decidiram liberar o barco apreendido, mas não a madeira.



CAMPANHA

Os Apolima-Arara lutam pela demarcação de sua terra desde 1999 e têm enfrentado diversas dificuldades, inclusive várias ameaças de morte contra suas lideranças. Atualmente desenvolvem uma campanha nacional pela demarcação de sua terra e estão colhendo assinaturas em um abaixo-assinado que será entregue ao ministro da Justiça e ao presidente da Funai.

Invasores estão na terra Uru-Eu-Wau-Wau há mais de 20 anos

Em Rondônia, no dia 10 de janeiro, as comunidades que vivem na terra Uru-Eu-Wau-Wau, no município de Monte Negro, realizaram um protesto em Porto Velho para pedir a expulsão de grileiros que invadiram suas terras, e que, entre outras irregularidades, exploram madeira.

As invasões na terra Uru-Eu-Wau-Wau se repetem há 24 anos, desde que o Incra iniciou um projeto de assentamento da reforma agrária dentro das terras indígenas. Em 2003,

a área chegou a ser invadida por cerca de 5 mil pessoas, que, posteriormente, foram expulsas pela Polícia Federal, para evitar conflito.

Para buscar uma solução, 15 lideranças Uru-Eu-Wau-Wau se reuniram, em Porto Velho, com o procurador Reginaldo Trindade, do Ministério Público Federal, o superintendente da Polícia Federal, o administrador regional da Funai em Porto Velho, Incra, Ibama e Instituto Kanindé. Após as negociações, os

Uru-Eu-Wau-Wau voltaram às suas aldeias com o compromisso de que os invasores seriam retirados até o dia 30 de janeiro.

Esta terra abriga dez povos diferentes, incluindo os Uru-Eu-Wau-Wau, os Juma e os Amondawa, contatados em 1981, considerados de pouco contato. Também vivem lá os Oro Win, e, ainda, seis grupos em situação de isolamento e risco, entre eles os Jururei, os Yvyrapaquara e os Urupá-in. ■



País Afora



Assembléia Continental Guarani fortaleceu articulações do povo no sul do país

No mês de fevereiro, completa um ano da realização da Assembléia Continental do povo Guarani, que em 2006 reuniu 4 mil pessoas no Rio Grande do Sul. O encontro trouxe como resultado o fortalecimento das articulações dos Guarani entre si, com outros povos e com movimentos. "A Assembléia foi muito importante porque as pessoas se juntaram. Os Guarani participam, os Kaingang, os quilombolas, até os brancos, os jovens. Trouxe união, e isso é força para nós", avalia Santiago, Guarani que vive no Rio Grande do Sul.

"Em função da organização dos Guarani, foram realizados oito levantamentos preliminares pela Funai. Ainda não são Grupos Técnicos para identificação das terras, mas é um passo e é uma forma de responder às pressões", lembra Roberto Liebgott, membro do Comitê Regional de organização do encontro e coordenador do regional sul do Cimi. Para ele, também cresceu a articulação com o movimento agrário, que trouxe mobilizações para questões como o combate ao plantio de eucalipto. "Os Guarani que vivem no estado do Espírito Santo foram para seminário no Rio Grande do Sul, deram depoimentos contra o deserto verde", relata.

A próxima reunião continental está marcada só para 2008, mas os Guarani e os movimentos sociais que participaram do primeiro encontro decidiram fazer uma Assembléia regional, prevista para abril de 2007. São esperadas 3500 pessoas, entre eles 800 Guarani e 200 Kaingang.

O encontro regional será uma preparação para a 2a. Assembléia Continental, da qual devem participar também os Guarani da Bolívia, que não estiveram no primeiro ano.

Enquanto o encontro não chega, as articulações para o evento fazem com que Sepé Tiaraju seja cada vez mais uma referência mobilizadora: em torno da resistência liderada por Tiaraju há mais de 250 anos, reúnem-se papeiros, quilombolas, Via Campesina, Comunidades Eclesiais de Base, o movimento Fé e Política, a Pastoral da Juventude Rural. (Priscila D. Carvalho) ■



No RS, movimentos seguem unidos em torno das lutas de Sepé Tiaraju. Assembléia regional está prevista para abril de 2007. Em 2008, encontro volta a ser continental



Alto índice de morte de crianças em Rondônia

Foram três mortes e mais de 12 internações em três semanas, numa aldeia com 250 pessoas

Nas primeiras três semanas do ano, faleceram três crianças do povo Oro Wari' da aldeia Lage Velho, Terra Indígena Lage, no município de Guajará-Mirim (RO). Duas delas tinham quadro de desidratação.

As aldeias da região vêm sendo assoladas, nestes últimos meses, por epidemias de gripe, diarreias e surtos de malária como nunca aconteceu nos últimos 20 anos. O pico, inédito, ocorreu entre dezembro de 2006 e a primeira quinzena de janeiro de 2007.

Entre 1º e 20 de janeiro, 42 crianças indígenas foram internadas no hospital Bom Pastor, em Guajará-Mirim. A maioria tinha diarreia e sintomas de desidratação. Destas crianças, 12 vinham de Lage Velho, aldeia com população de 250 pessoas. Em dezembro, haviam sido 39 internações de crianças, número já alto para um universo de 4 mil pessoas atendido pelo pólo base de Guajará-Mirim.

Das crianças que foram tratadas, a maioria teve alta. Uma foi encaminhada para Porto Velho e as outras foram para outro hospital público.

Aldeia Lage Velho

A aldeia Lage Velho, distante apenas 36 km de Guajará-Mirim, é a aldeia mais próxima, de acesso mais fácil e também uma das maiores do município, com aproximadamente 250 habitantes. Entretanto, é uma



das aldeias menos assistidas e apresenta alto índice de malária, diarreia e gripes, consequência da falta de uma prevenção contínua. A área também tem acompanhamento deficiente por profissionais de enfermagem da Fundação Nacional de Saúde (Funasa).

A comunicação é aleatória por falta de radiofonia e o orelhão da aldeia nem sempre funciona. Falta medicação básica. Os poucos remédios disponíveis são guardados num armário metálico, num "puxado" da casa do Valdito, AIS (Agente Indígena de Saúde) e cacique da aldeia, que há sete anos reivindica, através dos conselhos, a construção de um Posto de Saúde. A falta de transporte no Pólo-Base prejudica tanto o atendimento como a remoção dos pacientes.

Valdito perdeu sua filha de três meses em 15 de janeiro de 2007. A criança teve



Acima, posto de saúde improvisado na casa do Agente Indígena de Saúde. Malária, diarreias e gripes são causas das internações

febre à noite e amanheceu com vômito e diarreia. Quando o carro chegou, por volta das 16h, a criança tinha acabado de falecer. Era o 4º óbito nesta aldeia em 45 dias, e o 3º óbito de crianças menores de cinco anos em apenas 18 dias.

Apenas após quatro mortes é que, em 19 de janeiro, a Funasa encaminhou uma técnica de enfermagem para aldeia, pela primeira vez.

Estrutura

Os Agentes Indígenas de Saúde não recebem curso de formação há quatro anos. Desde 2004, a incidência de malária vem aumentando a cada ano e as ações de saneamento não solucionam as necessidades de água potável das aldeias, seja por falta de poço ou por problemas técnicos. Não houve

novas contratações de AIS - como sempre é solicitado nos conselhos - e dois auxiliares de enfermagem indígenas deixaram de ser contratados. Enquanto isso, o Pólo-Base tem profissionais de saúde, auxiliares e técnicos de enfermagem não-indígenas e dentistas, impossibilitados de viajar durante vários meses por falta de condições de transporte ou de equipamento.

A falta crônica de medicamentos básicos nas aldeias e na Casa de Saúde indígena (CASAI) contribuiu para a superlotação das enfermarias dessa unidade, construída há mais de 20 anos e que necessita de ampliação.

Respeito ao Plano Distrital

"Todas estas reivindicações são antigas e constam no Plano Distrital Anual aprovado pelo Conselho Distrital, mas até agora só foram feitas promessas", argumenta o médico Gil de Catheau, do Cimi em Rondônia.

Segundo os missionários do Cimi em Rondônia, para solucionar os problemas é necessário melhorar a administração dos recursos existentes e pôr fim nos atrasos de repasses de verba, que geram interrupção do atendimento. Os conselhos devem retomar a sua autonomia para controlar as ações e os gastos. (Cimi RO/Equipe Guajará Mirim) ■

Duas crianças do povo Pirahã morrem no início de janeiro na região do Rio Madeira, Amazonas

J. Rosha
Assessor de Imprensa do Cimi Norte I

Duas crianças do povo Pirahã morreram nos primeiros dias de janeiro e muitos outros indígenas têm malária e suspeita de tuberculose. A denúncia é feita pelo coordenador geral da Organização dos Povos Indígenas Tora, Tenharim, Mura e Parintintin (Opittamp), Elton Rodrigues Paes, que acusa a Fundação Nacional de Saúde (Funasa), de não prestar assistência devida aos povos da região do rio Madeira, nos municípios de Manicoré e Humaitá, no Amazonas.

Conforme Elton Rodrigues, as duas crianças falecidas são das aldeias Cacaia e Santa Cruz, no rio Maici, em Humaitá. A primeira teria aproximadamente um ano de idade e morreu provavelmente de desidratação. Na mesma aldeia, outras crianças apresentavam o mesmo sintoma. A segunda criança morreu durante o parto.

Os indígenas reclamam da falta de assistência por parte da Funasa. "Há mais de um ano temos informado a Funasa sobre o aumento das doenças em nossas aldeias, mas nenhuma providência foi tomada. O resultado é que há muitos indígenas com malária, tuberculose e outras enfermida-

des. Se não houver assistência, pode haver outras mortes", alerta Elton Rodrigues. No rio Marmelos, entre os povos Tora, Apurinã, Munduruku e Tenharim, há muitos indígenas acometidos por malária e outras doenças.

A última viagem feita por uma equipe de saúde do órgão às comunidades Pirahã do rio Maici aconteceu em julho do ano passado. Ao longo dos meses, a equipe passa apenas rapidamente nas aldeias, não permanece o tempo necessário para acompanhar a situação das pessoas doentes, dizem os indígenas.

A assessoria de imprensa do órgão informou que, "no começo deste mês, enviou

para o município de Manicoré, região do rio Maici, mais uma equipe de saúde, formada por um enfermeiro, três técnicos de enfermagem e dois técnicos laboratoriais a fim de diagnosticar o quadro da região e reforçar o atendimento por 20 dias.

Até maio do ano passado, a responsabilidade pelo atendimento aos indígenas daquela região cabia à Coiab - Coordenação das Organizações Indígenas da Amazônia Brasileira, que gerenciava o Distrito Sanitário Especial Indígena - DSEI, de Manaus. Como o convênio não foi renovado, passou à Funasa a obrigação de prestar atendimento às aldeias da região do rio Madeira. ■

Nota do MPF-CE é resultado de mobilização dos Anacé, do Ceará

Texto retrata situação do povo, que luta para fazer valer o direito da auto-afirmação

O Ministério Público Federal do Ceará (MPF-CE) divulgou em janeiro uma nota técnica referente a visita feita às comunidades Anacé, em setembro de 2006, na região de São Gonçalo do Amarante, próximo à Fortaleza.

Esta ação do MPF é resultado de mobilização da comunidade Anacé, que vem lutando há alguns anos por sua auto-afirmação étnica. A visita foi feita pelo antropólogo do MPF-CE Sérgio Brissac. O antropólogo foi às comunidades de Salgada e Matões, onde encontrou representantes dos Anacé destes dois lugares e também das comunidades de Bolsas, Tapuio, Oiticicas, Gregório e Caraúbas.

Em Salgada, os irmãos Moisés e Jonas Gomes mostraram a Brissac um papel que o pai, já falecido, entregou a eles: uma página de um livro de registros com uma breve descrição da extensão e localização das terras Anacé. Eles também contaram que, em 1988, houve um massacre na Lagoa da Banana. Na época, os Anacé que sobreviveram se espalharam pelas comunidades da região.

Em Matões, o antropólogo se reuniu com outras lideranças Anacé, na casa de Francisco de Moraes Júnior, o Júnior Anacé. Ele também contou que seus bisavós moravam na região da Lagoa da Banana e que saíram de lá após o massacre.

As lideranças Anacé também narraram as dificuldades enfrentadas pela comunidade após a implantação na região, do Complexo Industrial Portuário "Governador Mário Covas", o complexo do Pécem, que já desalojou 300 famílias. (Marcy Picanço) ■



Fotos: Gil de Catheau/ Cimi RO



Povo Cujubim realiza sua 4ª Assembléia

Entre 13 e 15 de dezembro de 2006, ocorreu a 4ª Assembléia Indígena do Povo Cujubim na aldeia Baía das Onças, Terra Indígena Guaporé, em Guajará Mirim, Rondônia

Volmir Bavaresco
Cimi RO

O encontro fortaleceu a organização do povo, que discutiu o processo de regularização de sua terra, a situação da educação escolar e do atendimento à saúde. No início da Assembléia, seu Manuel Cujubim recebeu a todos e falou sobre a história recente do povo e sobre a luta pela terra tradicional. Marli Cujubim falou sobre a importância desta 4ª. Assembléia e de algumas vitórias da luta, como o reconhecimento da Funai em 2002. Ela leu os documentos da 3a. Assembléia e comentou que foram poucas as conquistas depois daquele encontro.

Desde 2005, há reivindicações do povo Cujubim dirigidas à Funai, ao Ministério Público Federal, e à Procuradoria

da República de Rondônia, insistindo na demarcação da terra.

A Funai ainda não criou um Grupo Técnico para o estudo da terra, e os Cujubim solicitam atitudes do MPF em relação à questão.

A existência de fazendeiros na terra indígena é um dos problemas. Eles expulsam as famílias Cujubim e colocam novas pessoas nas terras. Os não índios destroem os vestígios que podem identificar a presença dos Cujubim na região. Na Assembléia, foram lembrados os locais sagrados (cemitérios, urnas, potes...) que poderão ser destruídos pelos invasores.

Em relação à saúde, os principais problemas são a falta de formação dos Agentes Indígenas de Saúde, a falta de medicamentos básicos nas aldeias e a ausência de atendimento médico e odontológico. Também foi ressaltada a

questão da negação de tratamento, por falta da carteira de identificação indígena, para quem está fora da aldeia.

A Assembléia cobrou do administrador da Funai de Guajará Mirim a emissão da carteira de identidade para os Cujubim e outros povos que moram naquela cidade. Solicitaram ao coordenador do DSEI de Porto Velho que o atendimento de saúde aos povos que vivem em Guajará Mirim comece imediatamente, antes mesmo das carteiras ficarem prontas.

A situação da educação também é grave. A escola da aldeia não tem condições de funcionar. Quando chove, tudo molha. Um ofício ao professor Edinaldo Lustosa, Secretário da Educação do estado de Rondônia, cobrou a urgência da construção de uma escola que tenha condições de oferecer ensino fundamental à comunidade de Baía das Onças. ■

Povo Cujubim reivindica demarcação da terra desde 2005. Funai ainda não criou GT, mas povo continua organizado e quer avanços também em saúde e educação

Assine o **PORANTIM**
Em defesa da causa indígena

Para fazer a sua assinatura, envie vale postal ou cheque nominal em favor de Cimi/Porantim: (somente por meio de carta registrada)

Caixa Postal 03679 - CEP: 70.084-970 - Brasília-DF

Inclua seus dados: Nome, endereço completo, telefone, fax e e-mail.

Se preferir faça depósito bancário: Banco Real Ag: 0437 C/C: 7011128-1 - Cimi-Porantim.

Envie cópia do depósito bancário para o fax (61) 2106-1651, especificando a finalidade do mesmo.

P R E Ç O S

Ass. anual: R\$ 40,00

***Ass. de apoio:** R\$ 60,00

América Latina: US\$ 25,00

Outros países: US\$ 40,00

* Com a assinatura de apoio você contribui para o envio do jornal a diversas comunidades indígenas do País.

Faça sua assinatura pela internet: adm.porantim@cimi.org.br

Os encantados que protegem o povo Kambiwá, de Pernambuco

"A força dos Praiá, 'nóis' pede a eles que nos ajude, dão fortalecimento pra gente, faz promessa a eles, primeiramente se apegando com fé a promessa é válida".

João Simão
Kambiwá, julho de 2004

Há algum tempo, estudos na área da História e Antropologia vêm derrubando a tese de que durante 500 anos, o europeu "civilizado" impôs sua cultura ao indígena.

A religião dos Kambiwá prova que esta afirmação está errada. Durante séculos, os povos indígenas se apropriaram de práticas religiosas dos invasores que lhes interessavam, e algumas cosmologias foram recriadas a partir da nova realidade. Nas casas da grande maioria dos índios, vemos quadros do Padre Cícero, Frei Damiano, São Jorge e crucifixos com Jesus e Nossa Senhora, muito apreciada pelos indígenas, pois ela é mãe e a terra para eles. Na Maloca (aldeia) do Americano, do povo Kambiwá, não é diferente.

O ritual dos Praiá

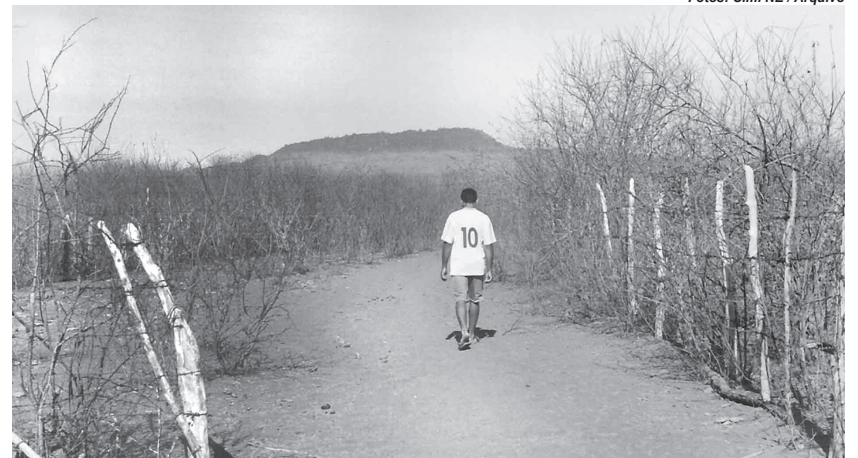
Mas o ritual religioso mais impressionante na Maloca do Barracão (é a mesma do Americano), é o dos Praiá. O Praiá é uma veste feita de croá (fibra vegetal) que contém a alma de um antepassado, os "encantados". Por isso, muitos Kambiwá dizem que seus encantados são vivos e não mortos, pois a veste materializa aquele espírito para o nosso mundo.

Um Kambiwá empresta seu corpo para o Praiá e enquanto estiver com a veste estará possuído pelo encantado. Geralmente, o ritual do Praiá é praticado nos dias de lua cheia, "pois é claro de dia e de noite", segundo Ivan Pereira, ex-cacique e homem da ciência dos Kambiwá.

Quando vão realizar uma retomada, quando vão inaugurar uma casa nova ou quando algum indígena deseja pagar uma promessa realizada e encomenda o ritual, tornando-se o "dono do prato", pois ele deve oferecer um prato de comida aos Praiá - que comem antes de todos - e depois aos convidados para o ritual.

Os Praiá dançam um dia inteiro, atravessando a madrugada. Na Maloca do Americano existem seis Praiá, mas em dias de festa grande outros Praiá vêm da Maloca Alexandra para o Americano. O organizador do ritual tem que providenciar tabaco e garapa (água com açúcar, bem mexidos) para os Praiá, que descansam e comem no Poró, casa ritual feita de palha de ouricuri.

As diferenças entre os Praiá dos Kambiwá e dos Pankararu são que as festas dos dois grupos são totalmente distintas e em Pankararu só uma pessoa puxa o "ponto"



Fotos: Cimi NE / Arquivo

na hora dos Praiá dançarem, enquanto em Kambiwá são de quatro a cinco puxadores. No ritual é consumida a jurema, mas não sabemos por quem, pois só os Kambiwá podem entrar no Poró, em dia de ritual. Segundo Ivan, o ritual está 'falhando', devido às condições financeiras, pois se gasta um bom dinheiro para levar um ritual em frente.



Cada Praiá é uma entidade, um ancestral: os capitães "encantados" de croá. Mestre-Guia, Amburana, Vim-Vim, Jatá-zinho são alguns dos capitães da Maloca do Americano. Cada um tem uma "semente", geralmente uma pedra que os representa. Ivan e sua família são os responsáveis por guardarem os Praiá daquela maloca. Os indígenas também contaram que existe um Praiá na Serra Negra, mas não disseram

o motivo ou quando o ritual é exercido.

A vestimenta do Praiá consiste em uma máscara, chamada tunã, a cateoba ou saiote, uma rodela de penas de peru na cabeça, um penacho na nuca, uma cinta-lenço feita de chita, carregam cigarros ou tabaco, uma flauta e o maracá. A outra manifestação religiosa que nós acompanhamos foi a "mesa", ritual onde todos ficam ao redor de uma esteira onde são depositados fumo, cachimbos, a jurema (que não é bebida), velas e algumas sementes dos capitães encantados. Uma pessoa puxa um Toré (dança) específico para aquele ritual e depois cada um que está na "mesa" puxa um Toré também, ninguém dança ou fica em pé. Parece que essa "mesa" é praticada nos dias que antecedem o Praiá da lua cheia.

(Texto redigido a partir de trechos da monografia "A Volta - os Kambiwá da aldeia maloca do Americano", do missionário Otto Mendes, do Cimi Nordeste, elaborado para o Curso de Formação Básica do Cimi).

Ao fundo, a Serra Negra (foto acima) local dos rituais religiosos. Abaixo, os Praiá que encarnam a alma dos encantados do povo Kambiwá.



Serra Negra, mãe dos povos do sertão nordestino

A Serra Negra é ponto vital para a vida dos Kambiwá, Pipipã, Atikum e de outros povos indígenas na região. É uma área de brejo de altitude, encravada no Sertão pernambucano, que todos os indígenas definem com "Mãe", pois lhes fornece alimentos e é vital para a religião destes povos.

Os povos Kambiwá e os Pipipã concordam que a Serra Negra não é local de

moradia. É um local para os cultos religiosos e para a produção de alimentos, pois é na Serra que nascem os animais que serão posteriormente caçados por eles.

Desde 1998, depois de um acordo entre índios, Funai e Ibama, onde os primeiros receberam a "permissão" do Governo Federal para frequentar a Serra Negra nos tempos dos rituais religiosos. É aqui o principal ponto para onde converge a luta daqueles

povos, o local do eterno retorno, pois eles nunca desistiram de voltar, apesar da violência dos grandes da região. Deixemos que João Simão nos dê a última palavra sobre o assunto:

"...é a mãe, muito forte, onde nossos encantados moram, que é a serra mais origem que tem, é lá que tá a origem. É uma origem para gente, olhando para ela (em todos os pontos da Maloca do Americano

O povo Kambiwá vive a 320 km de Recife, capital de Pernambuco. Seu território está entre os municípios de Ibimirim, Inajá e Floresta.

se pode visualizar a Serra Negra), fumando cachimbo, pedindo a nossos capitães que nos ajude, nos guie." (João Simão, Kambiwá, julho de 2004). ■

Fórum Social Mundial 2007 na África

Desigualdade social aflora como tema símbolo

Mauricio Hashizume
Agência Carta Maior, de Nairobi, Quênia

A própria cidade-sede da sétima edição do Fórum Social Mundial proporciona uma oportunidade única para que a discussão sobre a desigualdade social e a concentração de renda seja aprofundada. Levantamento recente realizado a partir de fotografias aéreas revelou que mais da metade da população da capital queniana mora em cerca de 18% da área da cidade. De acordo com dados de 1999, os moradores do pacato e suntuoso bairro de Karen, localizado em área nobre, dividem o quilômetro quadrado por 360 habitantes, enquanto 800 mil pessoas vivem no mesmo espaço em Kibera, megafavela de onde partiu, no sábado, 20 de janeiro, a marcha de abertura do sétimo encontro internacional que adotou o seguinte slogan em 2007: "Lutas populares, alternativas populares". O Quênia definitivamente não é um dos países mais pobres da África, mas cerca de 57% da população de Nairobi sobrevive com menos de US\$ 1 por dia.

"Muita gente não está participando do Fórum Social Mundial porque não tem KSS 500 (shillings quenianos, cerca de US\$ 7,00 ou pouco mais de R\$ 15,00) para pagar a taxa de credenciamento", conta Julius Shiyorzo, líder comunitário da favela de Mukuru, na região industrial localizada nas proximidades de Kibera. O militante de base migrou de uma cidade do interior do Quênia para procurar emprego na capital em 1990. Conseguiu sustentar-se durante muito tempo com a venda de cabeças e pés de galinhas, dispensados pelos consumidores de elite de Nairobi. O barraco que Shiyorzo utilizava para comercializar os produtos para os outros favelados, no entanto, foi subitamente demolido anos atrás e ele chegou a trabalhar como segurança particular para obter parca renda. Logo depois, decidiu assumir de vez o posto de líder comunitário do "assentamento humano" - como costuma chamar a "favela" para não aguçar o preconceito da minoria rica da cidade. "Quem mora na favela é chamado de cachorro e ladrão. O Fórum é um instrumento para entender melhor e praticar os direitos humanos de todos, indiscriminadamente. E um instrumento de conscientização tanto para pobres quanto para ricos".

Foi durante uma conferência do Fórum Urbano Mundial da Organização das Nações Unidas (ONU) realizada em Nairobi em 2002 que a definição operacional de "favela" foi adotada oficialmente pela primeira vez. Quatro características físicas especificam esse tipo de área urbana: excesso de população, habitações pobres e informais, acesso inadequado à água e às condições sanitárias e insegurança de posse da moradia.

Não por acaso, três países vizinhos do Quênia apresentam dados mais do que alarmantes em termos de favelização: na Etiópia, 99,4% da população urbana vive na favela; na Tanzânia, são 92,1%, e no Sudão, 85,7%. A reivindicação do direito a moradia é apontada por Oduor Ong'wen, membro do comitê organizador do primeiro FSM em terras africanas, como uma das principais pautas deste ano. "Queremos mostrar que o continente que mais sofre com as injustiças do mundo continua resistindo", disse Ong'wen, que estimou pelo menos a participação de representantes de mais de 43 países da África. ■

Resenha

ZAPATISTAS A Velocidade do Sonho

Livro retrata a trajetória do movimento zapatista no México

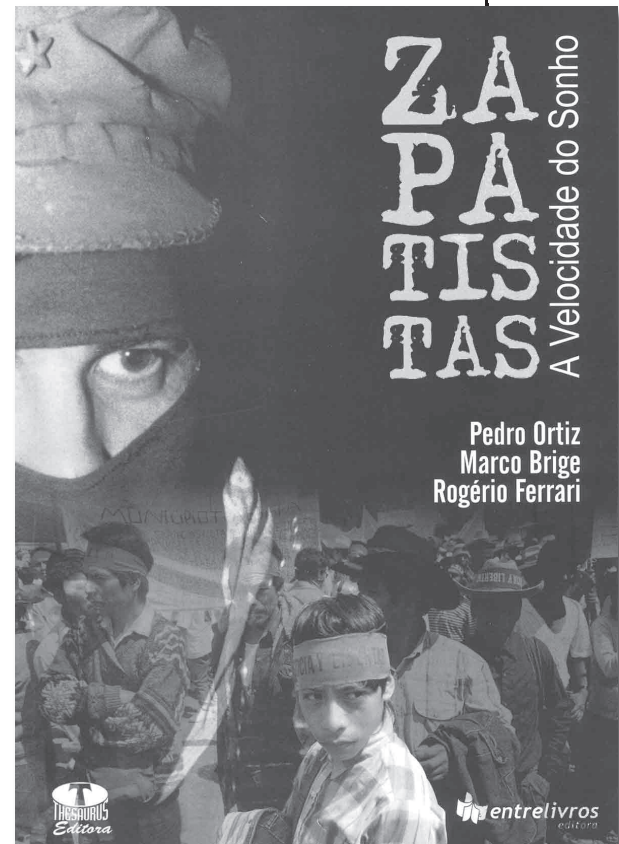
Leda Bosi
Sedoc Cimi

O livro percorre a trajetória do movimento zapatista, representado pelo EZLN-Exército Zapatista de Libertação Nacional e pelas comunidades indígenas do Sudeste do México. O texto mostra como um movimento que apareceu publicamente nas selvas e pequenas cidades do estado de Chiapas, em janeiro de 1994, sobrevive e se expande, após 12 anos de luta e resistência.

A obra destaca o diálogo que o movimento criou com amplos setores da sociedade mexicana através da sua iniciativa mais recente, "La Otra Campaña", uma caravana que em janeiro de 2006 começou a percorrer todos os cantos do México, de Sul a Norte, entre montanhas e pelo litoral, tanto nas pequenas vilas ou aldeias como nas grandes metrópoles do país.

Junto ao caminho percorrido pelo movimento zapatista há análises sobre as lutas sociais na América Latina e sobre a dimensão política, histórica, social e cultural do EZLN, destacando as estratégias de comunicação, onde a internet é ferramenta fundamental.

Os autores conseguiram uma extensa e exclusiva entrevista com o subcomandante Marcos, em La Realidad, aldeia indígena só acessível depois de muitas horas em estrada de terra. Nessa entrevista podemos conhecer o histórico da formação do EZLN, iniciada em novembro de 1983 por um pequeno grupo político-militar urbano que se aliou às comunidades indígenas já organizadas, com plena consciência da realidade, e que lutavam por seus direitos, diante de um processo de exclusão social e expulsão das terras originais, que havia começado muito antes. Da convivência entre o grupo urbano e o indígena, prevaleceu a organização das comunidades.



SERVIÇO

ZAPATISTAS - A Velocidade do Sonho

Autores - Pedro Ortiz; Marco Brige;
Rogério Ferrari
Brasília: Entrelivros: Thesaurus, 2006

Conforme se vê na apresentação do livro, os autores, que vivenciaram muitas experiências pessoais e profissionais em território zapatista, não pretendem oferecer nenhuma explicação acabada sobre o movimento, mas compartilhar com os leitores suas experiências e visões sobre o EZLN.

Além de um ensaio fotográfico do cotidiano dos integrantes do movimento é importante conhecer a cronologia: México - antes e depois de 1994, com dados praticamente até os dias atuais. ■



EDITORIA MENSAGEIRO

Conheça, divulgue e apóie as nossas publicações.
É uma forma de prestar serviço aos Povos Indígenas no Brasil



Mensagem Especial Mutirão para a Amazônia (56 páginas): Edição totalmente dedicada às questões amazônicas: Biodiversidade, povos tradicionais, ocupação, política e economia, alternativas para as problemáticas da região.

CD interativo Mutirão para a Amazônia: através de uma série de documentos, faz um aprofundamento das discussões colocadas pela edição especial do Mensageiro.

VISITE O SITE:

www.mutiraoamazonia.org.br

Escreva, dê suas sugestões, participe das iniciativas em favor da Amazônia

Ângelo Kretã e a resistência Kaingang

Na noite de 22 de janeiro de 1980, há 27 anos, num acidente de automóvel, morria inesperadamente uma das lideranças emergentes da época, o Kaingang Ângelo Kretã. Com apenas 38 anos, esse jovem da aldeia de Mangueirinha, no Paraná, prometia muito.

Com outros líderes indígenas, Kretã havia conseguido recuperar pinheirais e terras indígenas, não apenas no Paraná, na região dominada pela família Slaviero, como também no Rio Grande do Sul, em Rio das Cobras e Nonoai. Os colonos expulsos da fazenda em Nonoai foram os que criaram o Movimento dos Sem Terra, o MST.

Até hoje não se conseguiu provar se a morte foi um atentado ou um fatal acidente automobilístico. Como um mês antes morria Ângelo, cacique da etnia Pankararé, vítima de conflitos de terra no norte da Bahia, parecia ser mais um crime encomendado, já que Kretã estava sendo ameaçado de morte.

A figura de Ângelo Kretã cresceu, sobretudo, pelo fato de desafiar grupos poderosos do Paraná.

No dia 23 de dezembro de 1979, um mês antes de morrer, num ato público em Curitiba, Kretã afirmou que iam “ocupar a qualquer momento a área de 8.976 hectares que nos foi roubada pelo grupo Slaviero”. E justificava a palavra ocupar. “Não tem sentido falar em invasão de uma área que sempre pertenceu aos índios e da qual foram expulsos. Vamos simplesmente ocupar de novo.”

Embora sua morte tenha abalado o povo Kaingang, ela não arrefeceu a luta. No sepultamento de Ângelo Kretã, seu irmão fez uma afirmação que se tornou um slogan na época: “Pode morrer um Kretã, mas há outros que vão manter a luta por nossos direitos.”

Na ocasião, o poeta Ricardo Gomes Ferraz fez o belo poema “Ângelo Assassinado”, que reproduzimos parcialmente:

*Na hora da morte, Kaingang morto,
Recriar a terra só com pinheiros!
Será preciso armar a resistência
Agitar as árvores, afiar os pássaros
Encrespar as águas.
Será preciso fechar a ferida aberta
No coração da natureza.
E dançar em honra de teu corpo, cacique,
Mesmo se as pernas foram cortadas
Em noite de lua desacontecida.
E cantar se cantará mesmo se as línguas
Foram perdidas em atalhos de surpresa e facas.*



APOIADORES

HORIZONT 3000

Dika Austria



UNIÃO EUROPEIA

PORANTIM

Benedito Prezia